



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

É a biografia, sim senhor

O presidente do Senado, José Sarney, agastou-se com o senador Jefferson Peres por considerar imprópria, excessiva e injusta a afirmação de que ele havia posto sua biografia em jogo ao comandar, na calada da noite e de forma sumária – em seis minutos –, a aprovação do nome do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Sarney reagiu, pois, na visão dele, como presidente da Casa havia feito, na noite de terça-feira, apenas o gesto formal de pôr em votação um requerimento como qualquer outro.

O senador Peres voltou atrás, pediu desculpas e até pode ter exagerado na forma da manifestação. Mas, no conteúdo, não errou ao indignar-se.

A indicação de um senador investigado sob acusação de desvio de dinheiro público, para integrar o colégio de ministros do Tribunal de Contas, não é uma proposição como qualquer outra e o presidente do Senado tem perfeita noção disso.

Tanto tem que levou a questão ao plenário à noite, no horário nobre das televisões abertas – momento de baixíssima audiência da TV Senado – e numa quase véspera de feriado, reduzindo o potencial de repercussão negativa.

Consta nos bastidores da política que Sarney ressuscitou o caso para desgastar o líder do PMDB no Senado – responsável pela indicação de Luiz Otávio para o TCU e seu aguerrido defensor –, ainda como resultado do empenho do líder contra a aprovação da emenda que daria a Sarney direito à reeleição.

Se o fez por isso, pôs suas idiossincrasias e disputas políticas acima do decoro e do interesse público. Se conduziu-se pela necessidade de resolver o assunto do ponto de vista estritamente legislativo, recorreu a expediente plebeu, dando tratamento sucinto e secreto a assunto sabidamente controvertido.

Não obstante seu direito à defesa, o senador Sarney não foi justo ao admoestar com veemência o senador Peres. De fato, não se apõe de maneira positiva em sua biografia o trato sorrateiro dado a um tema contra o qual vários setores da sociedade já haviam reagido negativamente.

Como de resto a justificativa oficial – a de que o TCU cobrava uma decisão imediata – também não contribui ao seu enobrecimento biográfico porque não soa verossímil diante do constrangimento manifestado pelo corpo funcional e pelos ministros do tribunal com a indicação de um juiz sob suspeição.

Como se o local onde trabalham uns e as funções que exercem os outros fossem desfrutáveis a qualquer tempo, sob quaisquer condições e por quem quer que seja, independentemente do histórico do personagem.

É verdade que o presidente do Senado não pode ser apontado como único responsável pelo ultraje, a visão desmoralizante e a falta de apreço que o Congresso demonstra pelo Tribunal de Contas ao tratá-lo como mero cabide de empregos.

Foram 44 os senadores que votaram a favor e a bancada do maior partido no Senado, o PMDB, o avalista da indicação.

Ainda que essa responsabilidade deva ser compartilhada com seus pares, é tarefa maior de José Sarney a preservação moral da instituição.

Habilidoso para conduzir questões tão complicadas quanto delicadas no Parlamento, experiente na interpretação do regimento de acordo com a conveniência institucional mais adequada aos variados momentos, mestre na arte da prospecção de oportunidades, ninguém mais qualificado que o senador José Sarney para, quando necessário, contornar constrangimentos.

E aí, não sobra outra conclusão: se não pôs seus atributos a serviço da dissolução de uma decisão equivocada, foi porque não quis.

E a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em agosto de 2003 foi errada. No mínimo, por desrespeito ao Supremo Tribunal Federal onde tramita processo em que o senador Luiz Otávio consta como acusado de ter avalizado desvio de R\$ 13 milhões do BNDES pela empresa Rodomar.

É de estranhar a insistência do PMDB em indicá-lo para o Tribunal de Contas. Dizem os próceres do partido que tudo fizeram para convencê-lo a desistir depois de seu nome ter sido aprovado pela CAE e provocado um efeito ruim até para o governo, pois teve o aval do PT.

A questão de fundo não é essa. Inclusive porque o senador Luiz Otávio tem toda a razão de insistir. Afinal, foi o líder do partido quem achou de indicá-lo e, na comissão, defendê-lo com vigor.

Agora não é ele quem tem de resolver o problema para o Senado, pois já os tem de sobra com a Justiça.

Cabe sim, a quem o queria como juiz de contas públicas, esclarecer a razão de tanto empenho. Da mesma forma cumpre ao presidente do Senado aceitar que desta vez teve um gesto menor em relação à argúcia, fidalguia e prudência tão marcantes em sua longa e densa biografia.